

PLANO PARA RECUPERAR 85 MIL EMPREGOS

APOIO À CONSTRUÇÃO

O Governo vai assinar um compromisso com a Confederação Portuguesa de Construção e Imobiliário (CPCI) que prevê 50 medidas e sete objetivos para revitalizar o setor da construção.

Os objetivos principais passam por recuperar cerca de 85 mil empregos nos próximos dois anos, evitar que a taxa de desemprego nacional atinja os 20%, além de promover novos empregos, o planeamento dos pagamentos em atraso, um maior acesso ao financiamento e uma aposta clara na internacionalização.

Este compromisso já



O Governo quer recuperar cerca de 85 mil empregos

DESPEDIMENTOS

114 000

No ano passado, 114 mil trabalhadores do setor da construção civil (dos mais atingidos pela crise) foram despedidos.

recebeu o aval do ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, que crê ser um “passo concreto e real para reforma e relançamento sustentável do setor”, saudando a “coesa e ambiciosa agenda” que integra o projeto (mais informação na página 47). ■

DISCURSO DIRETO



REIS CAMPOS Presidente da Confederação Portuguesa da Construção e Imobiliário **sobre o programa JESSICA**

“Recuperar empregos”

● REBECA VENÂNCIO

Correio da Manhã – Como está o setor da construção?

Reis Campos – O setor da construção e do imobiliário foi um dos mais penalizados pela crise. O desemprego atingiu, no último trimestre de 2012, os 514 desempregados por dia. No ano passado, perdemos 114 mil pessoas. Se não surgissem estas medidas, podiam perder o emprego mais 140 mil trabalhadores este ano. Se o compromisso for cumprido, e estou a partir do princípio que sim, podemos recuperar o emprego para 85 mil trabalhadores em dois anos.

– Este conjunto de medidas é suficiente?

– Era inevitável inverter o rumo, era fundamental que estas 50 medidas avançassem. Visam a dinamização da reabilitação urbana, do arrendamento, o investimento



público de proximidade, o financiamento das empresas e a formação profissional. Este compromisso estanca a situação do desemprego no setor.

– Como se explica que vários contratos tenham sido entregues a empresas estrangeiras, como foi o caso no Alqueva?

– Não defendemos isso. Existem casos em que não há reciprocidade de tratamento com outros países europeus. Queremos que haja reciprocidade, mas Portugal tem de defender as suas empresas, sem contrariar, naturalmente, as diretivas europeias. ■